

CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS A GOVERNADOR

O RIO GRANDE DO SUL PRECISA DA EXTENSÃO RURAL E SOCIAL PÚBLICA

Desde que foi criada, a Extensão Rural e Social Pública tem sido decisiva para o desenvolvimento econômico e social do campo e da cidade no estado do Rio Grande do Sul. Ela é responsável pela contínua qualificação da produção agrícola e pecuária da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais, e está presente nos 497 municípios do estado.

A Lei 14.245, de 2013, estabelece a obrigatoriedade da oferta do serviço de extensão rural e social por parte do Estado, a qual teve início em 1955 com o surgimento da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), e continuidade com a fundação da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), em 1977.

A extensão rural e social é um serviço continuado de educação não formal que proporciona a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis, ou seja, dá conta de processos que são fundamentais para a sociedade gaúcha.

Hoje, a Emater/RS faz chegar às famílias de agricultores políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal. No entanto, é necessário ter no horizonte que a extensão rural e social, ao mesmo tempo que executa políticas públicas, é ela mesma uma política pública, que necessita de aporte de recursos para existir. Sua capacidade de ofertar serviços está diretamente relacionada com a dimensão proposta pelos governos.

Porém, tem ocorrido diminuição da alocação de recursos por parte dos governos estadual e federal nos últimos sete anos e, além disso, houve significativa diminuição dos recursos humanos da Emater/RS, que atualmente conta com 800 profissionais a menos. Ou seja, uma combinação que acaba por comprometer a qualidade do serviço prestado, tendo em vista que as demandas de trabalho aumentaram. Isto tem gerado uma sobrecarga para os trabalhadores e as trabalhadoras.

Outro grave problema é a desvalorização dos trabalhadores e das trabalhadoras que não têm sido atendidos nas suas reivindicações básicas, como a reposição das perdas salariais com a inflação, por exemplo. As duríssimas negociações coletivas de trabalho vem acarretando perdas de direitos que foram conquistados ao longo de muitos anos.

A precarização das ações de extensão rural e social também ocorre devido a inexistência de multidisciplinaridade em muitas equipes municipais pela falta de profissionais, já que 30% dos municípios estão sem extensionista social; frota de veículos sucateada; e recursos escassos para a execução do trabalho.

Como se não bastasse tudo isso, os trabalhadores e as trabalhadoras ainda tem de conviver com discursos desconectados da realidade, que exaltam as novas tecnologias de informação e comunicação como saída - como se fosse possível sanar todas as deficiências já citadas apenas com isso.

A extensão rural e social pública e gratuita não pode desprezar o papel dos extensionistas e precisa ver o rural de uma maneira muito mais ampla. A oferta de qualidade de vida para as famílias rurais vai muito além do que somente o acesso a recomendações técnicas; diz respeito ao acesso à direitos e possibilidades de organização econômica e social.

Valorizar a extensão rural e social significa respeitar as famílias de agricultores familiares, pois são as que produzem a maioria dos alimentos in natura que vão à mesa dos rio-grandenses, ou seja, é um investimento estratégico, pois elas são importantíssimas para a segurança e soberania alimentar e nutricional, ainda mais nesses tempos de aumento da fome no estado e no país.

A extensão rural e social é a política pública que chega nos mais distantes rincões e deve trabalhar com as famílias mais vulnerabilizadas do campo, entre elas, as de quilombolas, indígenas, assentados e de pescadores artesanais, tornando-se importante aliada da Assistência Social. Atualmente, quase 1,5 milhões (13%) de pessoas vivem no campo do RS e o número de estabelecimentos agropecuários compostos por agricultores familiares é de 293.892, com uma média de 18,6 hectares.

Para dar conta desse universo, o RS precisa de uma extensão rural e social que atenda às necessidades e expectativas das famílias rurais, em especial daquelas que mais precisam. Uma extensão participativa e dialógica, que tenha como base os territórios em que atua e gere resultados para toda a sociedade, não só a rural, preocupando-se com a produção de alimentos limpos e as questões ambientais.

Para isso, é importante articular processos e trabalhar em redes que envolvam agricultores, extensionistas, pesquisadores e consumidores.

O Conselho Técnico-Administrativo da Emater/RS precisa ser um espaço efetivo de participação e de concertação social. Os gestores indicados pelo governo do Estado necessitam ser conhecedores da área e, de fato, comprometidos com o diálogo junto às entidades representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras; além disso o orçamento tem que ser ampliado e os recursos humanos valorizados.

Como vimos, o investimento na agricultura familiar, na Emater/RS e na extensão rural e social é decisivo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, e produz impacto positivo em toda a sociedade.

A extensão rural pública faz bem ao Rio Grande!

GT Extensão Rural

Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS – ASAE

Albino Motter – Técnico em Agropecuária

Diego Barden Dos Santos – Engenheiro Agrícola

Lauro Edilso Bernardi - Engenheiro Agrônomo

Luana Lucas Alves – Extensionista Rural Social, Presidente da AESR/RS

Luis Fernando Fleck - Engenheiro Agrônomo

Marcia Terezinha Barboza Breitenbach – Pedagoga, Extensionista Rural Social e Vice-Presidente da AESR

Marines Rosali Bock - Engenheira Agrônoma, Coord. de ATER da FASER

Mauro Fernando Stein - Engenheiro Agrônomo

Pedro Urubatan Neto Da Costa - Engenheiro Agrônomo

Robson Becker Loeck – Sociólogo, Coord. Regional Sul da FASER

Tatiane Dos Santos - Extensionista Rural Social